



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008468-16.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória**
Exequente: **Benedito Aparecida Cinta**
Executado: **Joana Rodrigues**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de embargos à execução que está fundada em nota promissória.

A embargante não refutou a regular emissão do título, mas ressaltou que ele se destinou ao pagamento de serviço de funilaria que o embargado lhe fez para reparar seu automóvel.

Assinalou que como tal serviço não de boa qualidade o embargado não faria jus ao recebimento que postulou, além de ofertar pedido contraposto para o ressarcimento dos danos materiais (teve que vender o automóvel por preço inferior ao de mercado precisamente pelas condições advindas do serviço do embargado) e morais que o embargado lhe causou.

O cerne da discussão trazida à colação pela oposição dos embargos diz respeito ao serviço prestado pelo embargado à embargante e que rendeu ensejo à emissão da nota promissória exequenda.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Reputo de início que incumbiria à embargante comprovar os fatos constitutivos de seu direito, na esteira do art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil.

Isso porque tenho por inaplicável ao caso em apreço a regra do art. 6º, inc. VIII, do Código de Defesa do Consumidor considerando que inexistem dados que conferissem verossimilhança às alegações da embargante e também porque, sendo a matéria debatida puramente fática, não se cogita da hipossuficiência da mesma em face do embargado.

Assentada essa premissa, assinalo que a explicação da embargante foi abonada pelos documentos de fls. 24/25 e pelo depoimento da testemunha Jovair Marucci da Silva (essa foi a pessoa que subscreveu a declaração de fl. 24, correspondendo o que disse em Juízo ao teor do documento aludido).

Os dois documentos aludem a um serviço mal feito pelo embargado no automóvel da embargante, o que teria inclusive diminuído seu valor de venda.

Em contraposição, a testemunha Leonardo Francisco dos Santos, mesmo ouvido como informante, salientou que o serviço foi implementado de maneira regular e o seu resultado foi normal, tanto que desconheceu qualquer reclamação sobre ele.

É relevante notar, por fim, que a nota promissória que deu lastro à execução foi emitida em 23 de fevereiro de 2014 (fl. 02), época em que como disse a testemunha Leonardo o serviço foi prestado.

Não obstante, Jovair asseverou ter sido procurado pela embargante em dezembro de 2013, inexistindo justificativa para o descompasso entre essa época (quando o serviço teria acontecido) e a data da emissão da promissória dois meses depois.

O quadro delineado, aliado à inexistência de outros elementos que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição dos embargos.

Com efeito, a prova produzida pela embargante não firma base sólida para alicerçar a convicção da má qualidade do serviço prestado pelo embargado, sendo insuficientes a tanto fundamentalmente os documentos de fls. 24/25.

Seria imprescindível que outros dados (fotos do automóvel e cotejo entre o recibo de venda firmado com todas as condições do automóvel e o seu real valor de mercado, por exemplo) fossem amealhados para a desconstituição dos atributos inerentes ao título executivo, mas como isso inocorreu remanesce íntegra a obrigação da embargante.

Quanto ao pedido contraposto, deixo de conhecê-lo porque o processo é de execução e não de conhecimento, sede própria à aplicação do art. 31 da Lei nº 9.099/95.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos à execução e deixo de conhecer o pedido contraposto ofertado pela embargante, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, prossiga-se na execução.

P.R.I.

São Carlos, 08 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**